



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11433 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 07/GT 13 - Educação Infantil e Ensino Fundamental

**REFLEXÕES SOBRE O CURRÍCULO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL
APRESENTADO NAS TRÊS VERSÕES DA BNCC**

Iracema dos Santos Teles - UFPA-PPEB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
Genylton Odilon Rego da Rocha - UFPA - Universidade Federal do Pará

**REFLEXÕES SOBRE O CURRÍCULO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL
APRESENTADO NAS TRÊS VERSÕES DA BNCC**

INTRODUÇÃO

O presente escrito é resultado de uma pesquisa em andamento que discorre sobre o tema Base Nacional Comum Curricular e se aprofunda no objeto de estudo “O currículo para a Educação Infantil nas três versões da BNCC elaboradas pelo governo federal brasileiro”, sendo conduzido pelo questionamento central que indaga: quais são as principais mudanças e permanências possíveis de serem identificadas no currículo prescrito para a educação infantil contidas nas três versões da BNCC elaboradas pelo governo brasileiro? Esse questionamento se desdobra em três questões secundárias que indagam: quais as mudanças ou/e permanências na concepção de infância que orientaram a proposta de currículo para a educação infantil nas três versões da BNCC elaboradas pelo governo brasileiro? Que organização curricular foi proposta em cada uma das três versões da BNCC para a educação infantil? Quais conhecimentos foram valorizados nas três versões da BNCC para a educação infantil?

Com isso se objetiva identificar as mudanças e permanências na concepção de infância que orientou a proposta de currículo para a educação infantil nas três versões da BNCC elaboradas pelo governo brasileiro; discutir a organização curricular proposta em cada uma das três versões da BNCC para a educação infantil e comparar os conhecimentos que foram valorizados nas três versões da BNCC para a educação infantil.

O Estudo que vem se desenvolvendo tem a pretensão de contribuir com os debates acerca do currículo para a educação infantil abarcando questões presentes nas três versões da BNCC para a educação infantil apresentada pelo governo federal brasileiro no período de 2015 a 2017.

MÉTODO

A pesquisa está amparada em uma abordagem qualitativa, considerando que a pesquisa qualitativa nos garante diversas possibilidades e abrangência no desvelar da complexidade do estudo, pois nos proporciona uma compreensão do fenômeno estudado que é o que o presente estudo necessita frente a complexidade dos dados coletados nas três versões da BNCC que estão sendo analisados. Yin (2016) pontua que a pesquisa qualitativa permite a realização de estudos aprofundados de diferentes situações, proporcionando a liberdade ao pesquisador em adentrar em diferentes estudos.

A técnica de pesquisa utilizada é a documental, por presumirmos a que melhor se adequa a proposta de estudo, tendo em conta que as fontes principais para a coleta de dados são os textos das três versões da BNCC e Kripka; Scheller; Bonotto (2015) referendam que a pesquisa documental é aquela que coleta dados diretamente em documentos, objetivando extrair as informações contidas e buscando desvelar um fenômeno.

A pesquisa documental é um procedimento autônomo e utiliza diferentes técnicas para a apreensão, compreensão e análise dos dados, por isso, para complementar essa pesquisa optamos pela técnica de coleta de dados análise documental, pois é uma técnica que se demonstra relevante a essa categoria de pesquisa, tendo em vista que para Cellard (2014) a análise documental exige do pesquisador muito folego, pois este deve superar os obstáculos e constitui um *corpus* de estudo com qualidade. Assim sendo, a técnica de análise documental demonstra-se relevante no sentido de ser uma técnica rica, capaz de proporcionar evidências necessárias à exploração do fenômeno.

Para analisar os dados a pesquisa está utilizando a técnica de análise de dados Análise de conteúdo, que conforme Bardin (1977) trata de um conjunto de técnicas de análise de comunicação que visa uma análise aprofundada e detalhada, capaz de desvendar o fenômeno estudado, proporcionando as inferências e interpretações dos dados que direcionarão as explicações e proposições do pesquisador acerca do objeto estudado.

DISCUSSÃO E RESULTADO

A pesquisa ainda se encontra em fase de construção, porém com os estudos já realizados podemos dizer que a Educação Infantil é uma etapa da Educação Básica que tem suas especificidades no que tange ao currículo, pois para atender a criança em suas dimensões de desenvolvimento e aprendizagem são necessárias ações peculiares que pense o sujeito em seus diferentes aspectos como social, cognitivo, afetivo, físico, etc. A criança necessita, nessa etapa, ser compreendida como sujeito em desenvolvimento e que tem necessidades particulares inerentes a esse desenvolvimento, conforme Sales e Farias (2012)

essa criança tem que ser entendida como sujeito sócio-histórico-cultural, cidadã de direitos que precisa ser tratada como um indivíduo que possui aspectos biológicos e culturais em desenvolvimento. Por essa razão é que um de nossos questionamentos indaga: *quais as mudanças ou permanências na concepção de infância que orientaram a proposta de currículo para a educação infantil nas três versões da BNCC elaboradas pelo governo brasileiro?*

Ao ler às três versões da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil, algumas situações são perceptíveis quanto a posição do documento em relação à concepção de criança e, conseqüentemente, como essa infância vem sendo concebida no contexto dos três documentos exposto à sociedade brasileira. A primeira versão da BNCC (BRASIL, 2015) apresenta em seu texto uma concepção de criança como sujeito em duas dimensões que são sujeito histórico e de direitos, porém essa menção é feita baseada em uma citação das DCNEI (2009) não tendo nenhum acréscimo novo do próprio documento, conforme podemos observar no excerto do texto:

As atuais diretrizes Curriculares da Educação Infantil [...] definem **criança como sujeito histórico e de direitos**, que brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e sobre a sociedade, produzindo cultura. (DCNEI — Resolução CNE/CEB no. 05/09, artigo 4). (BRASIL, 2015, p. 18 grifos meu)

É interessante assinalar que o documento pontua que o reconhecimento desse potencial das crianças são indicativos que a criança tem direito a ter acesso a processos de apropriação, de renovação e de articulação de diferentes saberes e conhecimentos necessários a construção de sua cidadania.

A segunda versão da BNCC (BRASIL, 2016) tal como observado na primeira faz menção as DCNEI e assinala também a criança como sujeito histórico e de direitos. Avança em explicação sobre a concepção de que a criança é construtora e apropria-se de conhecimentos baseados em diferentes vivências, sendo que gradativamente vai se inserindo e aprendendo as práticas linguísticas e culturais de seu entorno.

A última versão da BNCC (2017) que foi aprovada e homologada, estando atualmente em vigor não difere das duas versões observadas anteriormente, também cita as DCNEI (2009) artigo quarto que define a criança como sujeito histórico e de direitos.

Ao comparar os três documentos apresentados, sendo primeira, segunda e versão final da Base nacional comum curricular, em relação à concepção de infância, percebemos que os textos das versões da BNCC para a Educação Infantil não trazem explícito a concepção de infância, porém apontam uma definição de criança nos documentos, e essa definição do conceito de criança só é plausível se estiver amparada por uma construção histórica e social de concepção de infância.

Nesse sentido, saliento que a BNCC não apresenta nenhuma novidade no pensar sobre a infância, tendo em vista que documentos ao versarem sobre a educação infantil já vinham

expondo esse pensamento, principalmente as DCNEI (2009), primeiro documento a subscrever explicitamente esse conceito que foi apenas ratificado no excerto da BNCC.

Porém, entendemos que não basta tão somente confirmar o que a BNCC deixa explícito sobre como entende a criança, é importante ter a compreensão de como esse conceito se sustentou nas três versões do documento. Tendo em vista que conceber a criança como sujeito histórico e de direito possibilita uma infância que valorize o sujeito em todas as suas dimensões, e como a base é comum a todos os estudantes brasileiros, significa dizer que toda criança brasileira terá suas infâncias acolhidas e valorizadas, bem como toda criança terá o direito a uma infância digna, por outro lado é dizer também que a criança está sendo pensada em uma perspectiva de criança homogênea e que um currículo único, comum poderá contemplar as infâncias em todas as suas diferenças.

Até porque, como é sabido, a última versão da BNCC foi, totalmente, orientada por fundamentos pedagógicos e políticos neoliberais e ultraliberais que se sustentam em uma concepção favorável à manutenção de um sistema de produção capitalista que vislumbram a continuidade das relações sociais conforme vem sendo estabelecida. (CONDE e HERMIDA, 2021).

Essas situações tem provocado pesquisas que se dedicam a compreender a concepção que ampara a Educação infantil e a discussão acerca de concepção de infância tem sido bastante presente na atualidade, tendo em vista que o reconhecimento da infância foi sendo reconhecido historicamente e é recente, porém necessário, e a concepção que se tem de infância, de criança, é determinante na forma de como as ações pedagógicas serão conduzidas, pois há ações que subestima as particularidades da criança, considerando-as como incapaz de se apropriar e construir conhecimentos através das diferentes experiências vividas, há ações educativas que desconsideram a necessidade da intencionalidade de cada ato pedagógico na educação infantil e se pautam em ações espontaneístas e descompromissadas por não considerarem a capacidade da criança de se apropriar dos conhecimentos e de construí-los. Com isso mantendo o caráter assistencialista da educação infantil, sendo necessário romper com esse tipo de prática para garantir o direito da criança. Ratifico meus dizeres em Souza (2007, p.142) ao enfatizar que:

O assistencialismo associado a práticas espontaneístas, sem uma proposta intencional que considere a capacidade da criança, se revela nas ações do cotidiano de crianças, pela domesticação e o treino para o controle e a submissão e não para a autonomia e o posicionamento crítico.

Para esse autor essas concepções abstratas são frutos de correntes teóricas que alicerçam os complexos sistemas políticos e estes proliferam essas ideias aos educadores para que entendam a criança sob a ótica de um modelo único e abstrato, onde a criança é vista como incapaz de intervir na sua realidade, de produzir conhecimentos e de viver e criar culturas, sendo submissa e domesticada, ou seja, um ser moldável.

Frente a isso cabe um olhar atento em cada movimento do documento para saber se o

discurso da criança considerada sujeito histórico e de direito se sustenta ou se é mera citação esporádica no texto, no entanto ainda estamos em fase inicial desse processo de discussão e análise dos dados, certamente ainda teremos muitas descobertas e considerações acerca da problemática em questão. Em virtude de ainda estarmos no processo inicial de análise os outros dados referentes aos dois questionamentos ainda não foram analisados.

CONCLUSÃO

Portanto, concebendo que a pesquisa se encontra em desenvolvimento, principalmente, na fase de análise e discussão dos dados, ainda estamos distanciados das conclusões desse estudo, porém é pertinente apontar que nesse movimento de construção da BNCC onde ocorreram ferrenhas disputas políticas e ideológicas, tornando o currículo prescrito brasileiro de fato como aponta Arroyo (2013) como um campo de disputa, ocorreram muitas mudanças e também permaneceram bastantes coisas pensadas inicialmente, como o caso da concepção de criança que, intrinsecamente, revela a concepção de infância mantida nos três escritos da BNCC apresentados pelo governo brasileiro, porém as afirmativas relacionadas as principais mudanças e permanências ocorridas no currículo da educação infantil, sobre as quais este estudo busca respostas ainda serão melhor delineada na conclusão da análise dos dados coletados. Em relação a definição de criança nos documentos, saliento que a BNCC não apresenta nenhuma novidade no pensar sobre a infância, tendo em vista que documentos que versam sobre a educação infantil já vinham expondo esse pensamento, principalmente as DCNEI (2009), primeiro documento a subscrever explicitamente esse conceito que foi apenas ratificado no excerto da BNCCEI.

Contudo, é pertinente registrar que esta pesquisa não tem condições e nem pretensões de esgotar as discussões em torno do currículo para a educação infantil que circundam às três versões da BNCC, mas apresenta suas contribuições relevantes para a sociedade científica e educacional sobre essa temática.

Palavras-chave: BNCC; currículo para a educação infantil; concepção de infância.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Presses Universitaires de France, 1977. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro Capa de Alceu Saldanha Coutinho, edições 70, Lisboa. Livraria Martins Fontes, São Paulo, 1979.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 1º versão. 2015. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>. Acesso em: 28 de dez. 2015.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. 2º versão. Abril de 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/pdf>. Acesso em: 08 de Agos. 2017.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação e Cultura. Brasília, DF: MEC, 2017. Acesso em 18 de set 2019.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução Ana Cristina Nasser. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 295-316.

FARIA, V. L.B de; SALLES, F. R. T. de. **Currículo na Educação Infantil: diálogos com os demais elementos da proposta pedagógica**. 3 ed. São Paulo: Scipione, 2012. Coleção Percursos.

HERMIDA, Jorge Fernando; CONDE, Soraya Franzoni. Criança, infância e educação na perspectiva da classe trabalhadora. In: LOMBARDI, José Claudinei; COLARES, Maria Lília ImbiribaSousa; ORSO, Paulino José (Orgs.). **Pedagogia histórico-crítica e prática pedagógica transformadora** 1ª Ed. Eletrônica. Uberlândia / Minas Gerais. Navegando Publicações. 2021, pp. 155-178.

KRIPKA, Rosana; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa Lara. **Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa**. Revista de investigaciones UNAD. Vol.14. N. 2. Julho-Dezembro de 2015. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252/248>. Acesso em 25/04/2020.

SOUZA, M. C. B. R. de. **A concepção de criança para o enfoque histórico-cultural**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências). Universidade Estadual Paulista. Marília. 2007. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/souza_mcbr_dr_mar.pdf. Acesso em: 12/03/2022.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2016.

